



CONTEXTO ATUAL DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

Litigiosidade Tributária:

- No que refere à legislação que disciplina a esfera administrativa fiscal, como dito, há **proliferação/difusão normativa**.
- No **âmbito federal**: Decreto 70.235/72 c/c Lei 9.784/99 (em caráter subsidiário).
- No que refere aos **estados da federação**, são 27 processos administrativos fiscais distintos, com estrutura orgânico-burocrática imensa, com diversidade estrutural e de atos (recursos).
- **Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais CCRF - Lei Estadual 18.877/2016** - Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, e adota outras providências; **Resolução SEFA 82/2011 - Regimento do CCRF**.
- Nem se diga em então dos **municípios**, 5.565 distintas legislações tributárias.

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

Execução fiscal e respectivos embargos à execução:

- Legislação específica – Lei nº 6.830/80 – **Lei de Execuções Fiscais LEF**
- Inscrição em dívida ativa – **Certidão de Dívida Ativa** título executivo
- Atributos do crédito tributário executado – **certeza, liquidez e exigibilidade**
- **Garantia do Juízo** (depósito em dinheiro!?)
- Lista taxativa de preferências (art. 11, LEF – art. 805, CPC)
- **Carta de fiança – seguro garantia** (art. 9º, LEF)
- Cabimento ou não de **exceção de pré-executividade** (conhecimento de ofício)
- **Embargos à execução** – distribuição por dependência, prazo 30 dias contados da ciência da penhora ou depósito (art. 16, LEF), efeito suspensivo (demonstração relevância)
- Possibilidade de ampla dilação instrutória